A importância da força terrestre

José Cláudio de Oliveira (*)

O Coronel Professor Paulo Ayrton Araújo determinou-me o honroso cometimento de saudar, nesta solenidade, os bravos representantes do Exército – numa homenagem que se repete todos os anos – durante a semana dedicada à força terrestre. Tão grata satisfação, devo proclamá-la, pois conheço, embora modestamente, os fatos relevantes deste estamento militar que tem se consagrado, em todas as suas missões, no elevado e patriótico dever de garantir a Soberania Nacional e os demais Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais, definidos na Política Governamental e na Constituição do País. Ao lado da gloriosa Marinha de Guerra, a Força mais antiga e da Força Aérea Brasileira, a mais moderna, o Exército dá a dimensão e a importância da Força Terrestre ao longo da história brasileira, que se aproxima de seu quinto século. As FFAA, enfrentando fatores adversos, mantêm-se unidas e alertas, em torno dos seus objetivos, de defesa da Pátria e das Instituições, com o sacrifício da própria vida.

A Força Terrestre "foi representada pelo povo em armas nas lutas pela sobrevivência, conquistas e manutenção do território". A memorável epopéia de Guararapes, em 1648, é o marco da constituição de um Exército reunindo índios, brancos e negros, formando a primeira força organizada que lutou e expulsou os invasores do litoral pernambucano. É edificante a história do Exército Nacional, rica de episódios que consagraram os seus integrantes, desde as mais elevadas patentes, até o simples soldadinho, todos cônscios de seus deveres para com a Pátria, nascida a 7 de setembro de 1822, com o "grito do Ipiranga". O Príncipe Dom Pedro de Alcântara, que seria Pedro IV de Portugal, tomou o partido do Brasil, tornando-o nação – livre, independente de sua própria pátria, dela se separando

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

em consequência das pressões oriundas da Metrópole. Seu pai, o Senhor Dom João VI, a quem os brasileiros devem muito, pela infra-estrutura implantada, que permitiu o surgimento de um novo Estado internacional, sonhou com um grande império luso-brasileiro, mas a Revolução do Porto e a política da Côrte obrigaram-no a regressar a Lisboa, pondo fim aos seus planos de expansão e fortalecimento do domínio português.

A Nação, fenômeno resultante de um estágio de sociedade humana e de determinadas circunstâncias ocorrentes em sua história, foi se formando e criando raízes nesta terra de Santa Cruz que se expandiu, além do Meridiano de Tordesilhas, graças ao profícuo trabalho das Entradas e Bandeiras, a partir de 1580, com a união das coroas portuguesa e espanhola. A marcha para o oeste ensejou a conquista da Amazônia, os pampas do sul e os confins dos sertões, surgindo fortins e fortes em defesa da nova nação sul-americana.

Sabem os senhores que "Nação é uma estrutura histórico cultural, formada por determinada parcela da humanidade, em determinado espaço de terra, durante determinado tempo, aglutinado sob costumes, hábitos, vocações e vicissitudes comuns, que visa a preservar os valores alcançados e a realizar os objetivos a que coletivamente aspira." (ESG). Os seus elementos fundamentais são o HOMEM, a TERRA e as INSTITUIÇÕES.

No momento em que a Nação se organiza através de normas discriminadoras da vida coletiva e institucionaliza os seus objetivos, surge a figura do Estado. Entre nós, o Estado surgiu em 1822, no dia 7 de setembro.

O "Estado é a organização de natureza política que promove a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais, através da utilização formada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe" (ESG). O Estado é a Nação politicamente organizada. Os seus elementos essenciais são a POPULAÇÃO, o GOVERNO e a SOBERANIA.

A partir de 1822 a atuação do Exército Brasileiro tem sido decisiva para derrotar todas as tentativas de fragmentação territorial e social do país. A Unidade Nacional que nos legaram os antepassados decorre, sobretudo, da atuação esclarecida do Duque de Caxias, garantindo a segurança e a integridade da jovem Nação. No

âmbito internacional, o Exército participou do conflito registrado na segunda metade do século passado, no Cone Sul deste continente, episódio conhecido como Guerra da Tríplice-Aliança.

Devemos ressaltar, nesta luta pela Integridade Territorial, o desempenho do Marechal Rondon, interligando os sertões aos grandes centros. As modificações mais significativas, porém, vieram com a II Guerra Mundial (1939-1945), quando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica demonstraram o seu preparo e força, em resposta ao torpedeamento, em 1942, de navios mercantes brasileiros em águas nacionais.

Uma Força Expedicionária foi enviada, em 1944, para o teatro de operações na Europa, cabendo o comando da força terrestre ao general Mascarenhas de Moraes, compondo o V Exército dos Estados Unidos. A Divisão Brasileira sofreu mais de quatrocentas baixas por morte em ação. Fez mais de 15 mil prisioneiros de guerra e capturou duas Divisões Alemãs. Monte Castelo, Montese e Fornovo foram tomadas pelos pracinhas brasileiros que se revelaram na luta contra o nazi-fascismo que conflagrou o mundo hodierno.

Consideráveis investimentos em Ciência e Tecnologia permitiam fornecer à tropa equipamentos e armas projetados e fabricados pelas indústrias nacionais, particularmente viaturas blindadas. Renovou-se o sistema de instrução e foram estruturadas as atuais divisões de exército e brigadas, combinações de tropas mais leves e flexíveis, de acordo com as peculiaridades do ambiente operacional brasileiro.

O Brasil, honrando compromissos internacionais, fez-se presente ou está presente em inúmeras operações de paz em diversas partes do mundo. O Exército consolida a sua individualidade, exercita e desenvolve uma doutrina militar genuinamente brasileira, gerada com base em perspectivas de empregos realistas e "tem procurado evoluir a sua concepção estratégica de maneira compatível com as demandas do futuro."

Merece relevo a participação do Exército Brasileiro em diversas MISSÕES DE PAZ, na forma do art. 4 da Constituição Federal, cuja "participação só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território."

Essa conduta da política externa do Brasil vem sendo editada desde 1947, quando Observadores Militares Brasileiros foram enviados para os Balcãs. Nas décadas de 50 e de 60, viria a participar, com efetivos maiores integrando FORÇAS INTERNACIONAIS DE PAZ, sob a égide da ONU no Oriente Médio e da OEA, no Caribe. O nosso ilustre consócio, General de Exército Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, combatente da II Guerra Mundial, quando Coronel, participou, ao lado do General Meira Matos, dos esforços brasileiros, em favor da paz, em São Domingos. Foi no Oriente Médio a mais longa missão (UNEF) e durou de 1957 a 1967, uma década, portanto, com a participação de 600 homens, em média, que se revezaram em 20 contingentes.

Em 1989 essa colaboração à Paz Internacional foi reaberta. Em 1994 o Brasil enviou tropas (uma companhia) para auxiliar a manutenção da paz em Moçambique, na África, antiga colônia portuguesa. Em setembro de 1995 o Exército enviou para Angola um contigente composto de mais de mil homens (um batalhão, uma companhia de engenharia e um posto de saúde). Ultimamente, militares brasileiros vêm prestando serviços às Nações Unidas, como observadores na África, na América Central, na Europa, na Ásia e América do Sul, cooperando para a solução pacífica do conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru. O nosso atual Comandante da 10ª. RM, General Theo Espíndola Basto, participou dessas operações e o Major de Artilharia Theophilo, também na Iugoslávia, tendo feito bela exposição neste Instituto.

Essas participações têm trazido crescente prestígio à nossa política externa e ao Exército Brasileiro.

Vale ressaltar o acervo de obras Rodoviárias, implantando 11.434 Kms; conservação anual, 7.478 Kms.

Obras Ferroviárias: 3.552 Kms; Obras de Artes Especiais: Pontes e Viadutos (rodoviários e ferroviários), 47.516 ms e Túneis Ferroviários, 52.645 ms.

Obras Hídricas: Açudes, 1.202 unidades; Poços Tubulares, 1.032 unidades e Sistema de Abastecimento de Água, 8 unidades.

Obras Diversas: Aeroportos e Pistas de Pouso, 43 unidades.

A missão do Exército é fundamentada em suas tradições e vocações, definidas e consolidadas ao longo do processo histó-

rico-cultural da Nação. "A vocação democrática do Exército é reforçada, por representarem seus membros um todo homogêneo, sem se constituir em casta militar, composto por brasileiros oriundos de diferentes etnias, classes sociais e credos religiosos, pela igualdade de oportunidades de acesso à carreira militar e por sua fidelidade ao compromisso permanente com a liberdade e com a democracia."

O art. 142 da Constituição proclama:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

O tempo que nos foi permitido é extremamente exíguo, pois desejaríamos dizer mais da atuação e importância da Força Terrestre. O planejamento desta solenidade exige, de nossa parte, descrever, "en passant", o que o Exército tem feito para manter a segurança e a tranqüilidade da Nação, Comecemos pela formação profissional dos seu membros. Localizada em Campinas, SP, temos a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, hoje a única porta de entrada na AMAN. Antes, a partir de 1942, tivemos a tradicional EPF que nos deu, inclusive, Ministros do Exército. Em tempo remoto, tivemos a Escola Militar do Ceará – no mesmo prédio do Colégio Militar – graduando Oficiais. Esse prédio, construído para o Asilo de Mendicidade, hoje Lar Torres de Melo, que tem a direção esclarecida do Dr. Osmar Diógenes, foi cedido, em "regime de comodato", ao Exército. O Lar Torres de Melo, denominação dada ao seu grande obreiro José Ramos Torres de Melo, vem a mais de um século amparando os necessitados, com o apoio das lojas maçônicas e de pessoas gradas.

A AMAN, herdeira das tradições da Academia Real Militar, fundada em 1810, forma Oficiais combatentes das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência. Localizada em Rezende, a partir de 1944, sucedendo a do Realengo, é um modelo de estabelecimento universitário de graduação.

Temos a ESAO, para o aperfeiçoamento de oficiais.

O IME, na Praia Vermelha e a ECEME, em frente àquele, são institutos de pós-graduação para o Oficialato Superior. Escola de Administração em Salvador; Escola de Saúde do Exército, no Rio de Janeiro, Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações; Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Sargentos, em Cruz Alta, RS, são estabelecimentos de ensino e graduação e aperfeiçoamento militar. Além dessas instituições, existem Cursos de Especialização e Extensão de várias ordens, além de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, desenvolvendo tecnologia própria para a produção de material de emprego militar de interesse do Exército. Forças de Pronto Emprego e de Ação Rápida, Tropas Especializadas para a Selva, Aeromóvel, Pára-Quedista, Pantanal, de Montanha, Polícia do Exército e de Caatinga dizem da organização e vigilância do Exército.

Ressalte-se as MISSÕES DE PAZ em auxílio a ONU, Oriente Médio, OEA, Caribe e África de que nos falou, em magistral conferência no QG da 10ª. RM, o Gen. Div. Théo Espíndola Basto, novo Comandante da Região Soares Moreno.

Gostaria de falar sobre a vida edificante de Luiz Alves de Lima e Silva, nascido a 25 de agosto de 1803 – dia de São Luiz – na Fazenda São Paulo-Taguaru – Vila de Porto Estrela, na Capitania, Rio de Janeiro. Não terei o tempo necessário para isso em nessa grande data publicarei, em *Tribuna do Ceará*, amplo artigo intitulado O INUSITADO EM CAXIAS, quando darei relevo a uma vida incomum, de um Soldado-Estadista que pacificou este novo País, e em cujo exemplo todos devemos nos mirar.

Queremos registrar, ao concluirmos esta abordagem a Caxias e ao Exército, que Luiz Alves de Lima e Silva utilizou, pela PRIMEIRA VEZ NA AMÉRICA DO SUL, A AEROSTAÇÃO NAS OPERAÇÕES MILITARES, o que vem comprovar o seu elevado descortino.

Contratou – devidamente autorizado pelo Imperador – o aeronauta francês Luis Desiré Doyen, sem sucesso. Em seguida contratou o aeronauta americano James Allen.

A 24 de junho de 1867, fez a PRIMEIRA ASCENSÃO nas linhas de frente, arrostando com grandes dificuldades, por falta de pessoa habilitada. A 8 de julho, fez a sua segunda ascensão, a 700 pés de altura, na ala esquerda da linha de frente, em observação das posições inimigas. Nos dias 14 e 20, outras subidas de Allen com oficiais

brasileiros e, a 22, mais duas ascensões em proveito das forças do General Osório.

"O Comando de Caxias foi, sem dúvida, o mais brilhante de toda a guerra da Tríplice Aliança"... disse o General Tasso Fragoso, que o chamou de "Duque das Vitórias".

Por decreto de 23 de março de 1869, foi-lhe concedido o título de DUQUE DE CAXIAS. Foi o único Duque Brasileiro. Tivemos a Duquesa de Goiás, filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos, e o Duque de Santa Cruz, Augusto de Luchtenberg, cunhado e genro do nosso primeiro Imperador, que se casou com D. Maria II, Rainha de Portugal.

O substantivo Caxias tornou-se adjetivo, para qualificar aqueles que vestiram a camisa do Exército, a camisa da Pátria, com dedicação plena, como soldados exemplares e cheios de vibração cívica e patriótica.

Chamamos a atenção para o artigo do Cel. Cláudio Moreira Bento, à página 19 da edição n.º 349, de julho último, da Revista do Clube Militar, subordinado ao título: "CALÚNIA À MEMÓRIA DO DUQUE DE CAXIAS É RETIRADA". "O Globo noticiou a reedição do livro do então jovem Carlos Lacerda 'O Quilombo' – de Manoel Congo (1932), como iniciativa do Instituto Cultural São Fernando, do deputado Ronaldo Cezar Coelho. A calúnia reiterada é de que 'OS ESCRAVOS REVOLTOS ACABARAM TODOS DIZIMADOS PELO FUTURO HERÓI DUQUE DE CAXIAS'".

Esta calúnia foi desmentida, com o apoio em fontes primárias, por competente e insuspeita pesquisa da OAB-RJ em 1988. A pesquisa provou o contrário e noticia que os escravos que combateram pela Revolução Farroupilha, foram libertados por conta e risco do então Barão de Caxias, contrariando orientação superior feita sob pressões de escravocratas do Sudeste, que "queriam recolhê-los à Fazenda Santa Cruz como escravos estatais". O Barão de Caxias, ao contrário, deu-lhes carta de alforria, tornando-os livres e mandou incorporá-los à cavalaria Ligeira do Exército. Isso prova o pioneirismo de Caxias como verdadeiro abolicionista.

A quem interessa a reiterada calúnia?

Caxias, o Pacificador, a quem se deve a Unidade Nacional, defendida com energia e bravura, venceu e pacificou os movi-

mentos sediciosos como a Balaiada, no Maranhão, de cuja Província foi Presidente e Comandante-geral das forças em operações, quando recentemente promovido a Coronel. A 18 de julho de 1841 foi-lhe concedido, por serviços prestados na sua pacificação do Maranhão, o título nobiliárquico de Barão de Caxias. Em 1842, os liberais fizeram irromper tremenda revolução em São Paulo. Com 400 homens, o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, a 20 de junho desse ano, entrou em Sorocaba, pacificando São Paulo. Pacificou Minas Gerais, entrando em Ouro Preto com 700 homens, com o seu irmão Cel. José Joaquim Lima, a 21 de agosto, derrotando os insurrectos. Ainda nesse ano de 1842, o Brigadeiro Caxias, foi graduado como Marechal-de-Campo, aos 39 anos de idade.

A 24 de setembro de 1842, foi nomeado Comandante-chefe do Exército em operações na Província de São Paulo, do Rio Grande do Sul e por Carta Imperial, foi nomeado seu Presidente. A 11 de março de 1847 assumiu a cadeira de Senador, ao lado do seu venerado pai, o Senhor General Francisco Lima e Silva, antigo Regente do Império. Vencendo o ditador João Manuel Rosas, da Argentina, entrou vitoriosamente em Montevidéu, a 5 de setembro de 1851, batendo Manuel Oribe, protegido de Rosas, e garantiu a Soberania do Uruguai. Tornou-se Marquês a 21 de julho de 1852 e a 10 de outubro de 1866, foi nomeado Comandante-chefe das Forças do Império em operações de Guerra do Paraguai.

Como dissemos, a 23 de março de 1869 recebeu o título de Duque de Caxias, o Pacificador, herói nacional, cuja memória reverenciamos nesta homenagem do Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico. Nas forças Terrestre, de Mar e Ar, reside a última esperança dos brasileiros e da Segurança Nacional.

(Palestra proferida na sessão ordinária do dia 19 de agosto de 1998)